

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

RESOLUÇÃO N. 007/2021/CPJ

Dispõe sobre o Plano de Desenvolvimento Institucional do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional – Escola Superior do Ministério Público do Estado do Tocantins (2020-2025).

O COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 20, da Lei Complementar Estadual n. 51/2008, e considerando a deliberação tomada na sua 156ª Sessão Ordinária, realizada em 05/7/2021,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Plano de Desenvolvimento Institucional do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional – Escola Superior do Ministério Público do Estado do Tocantins – CESA/ESMP (2020-2025), que segue em anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se a Resolução n. 011/CPJ, de 22/10/2020.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Palmas-TO, 29 de setembro de 2021.

LUCIANO CESAR CASAROTI
Procurador-Geral de Justiça
Presidente do CPJ



COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS
CENTRO DE ESTUDOS E APERFEIÇOAMENTO FUNCIONAL
ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO
(CESAF-ESMP)**

**PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DO CENTRO DE ESTUDOS E
APERFEIÇOAMENTO FUNCIONAL-ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO
PÚBLICO (CESAF-ESMP) 2020-2025**



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO TOCANTINS

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Luciano Cesar Casaroti

Procurador-Geral de Justiça

José Demóstenes de Abreu

Subprocurador-Geral de Justiça

Marco Antonio Alves Bezerra

Corregedor-Geral do Ministério Público

Cynthia Assis de Paula

Promotora de Justiça

Diretora-Geral do Cesaf-ESMP

Assessoria Técnica de Apoio

Cleivane Peres dos Reis

Keila Fernandes Santos

Fernando Garibaldi

Sumário

1. Apresentação.....	4
1.1 Aspectos gerais do perfil dos integrantes do Ministério Público do Estado do Tocantins... 4	
1.2. Histórico de implantação e desenvolvimento do CESAF-ESMP.....	5
1.2.1. Papel do CESAF-ESMP.....	10
1.2.1.1. Público-alvo.....	10
1.2.1.2. Missão.....	10
1.2.1.3. Visão.....	10
1.2.1.4. Valores.....	11
1.2.1. Objetivos.....	11
2. Plano de Gestão e Administração do CESAF-ESMP.....	13
2.1. Da organização do CESAF-ESMP.....	13
2.2. Localização do CESAF-ESMP.....	17
2.3. Projeto de autoavaliação do CESAF-ESMP e avaliações externas.....	18
2.4. Mecanismos de comunicação e procedimentos de atendimento com as comunidades, interna e externa.....	19
2.5. Responsabilidade e inclusão social.....	20
2.6. Defesa e promoção dos direitos humanos e da igualdade étnico-racial.....	23
2.7. Diversidade, meio ambiente, memória cultural, produção artística e patrimônio cultural.....	25
2.8. Relação entre planejamento financeiro e gestão institucional.....	27
2.9. Do sistema de registro acadêmico.....	28
3. Do Corpo docente, Administrativo e Discente.....	28
3.1. Critérios de seleção e contratação de docentes.....	28
3.1.1. Titulação e experiência profissional do corpo docente.....	29
3.1.2. Formação e capacitação do corpo docente.....	30
3.2. Formação e capacitação do corpo técnico-administrativo.....	30
3.3. Atendimento aos discentes e acompanhamento dos egressos.....	31
3.3.1. Apoio à participação dos discentes em eventos.....	32
3.4. Acompanhamento dos egressos.....	32
3.4.1. Atuação dos egressos no ambiente socioeconômico.....	33
4. Cronograma de implantação e desenvolvimento do CESAF-ESMP para o quinquênio 2020- 2025.....	33
4.1. Do ensino e das atividades educativas formativas.....	38
4.1.1. Cursos de Formação Específica.....	46
4.2. Pós-Graduação.....	49
4.2.1. Cursos Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i>	50
4.3. Da Pesquisa.....	51
4.4. Da Extensão.....	55
4.5. Da Gestão Institucional.....	57
4.6. Do Conselho Editorial.....	60
4.7. Da Autoavaliação e Avaliação externa.....	62
4.8. Do espaço e infraestrutura.....	63
4.9. Da Biblioteca.....	66
4.10. Da Gestão do Conhecimento.....	68
5. Referências bibliográficas.....	71

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DO CENTRO DE ESTUDOS E APERFEIÇOAMENTO FUNCIONAL- ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO (CESAF-ESMP)

1. Apresentação

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional – Escola Superior do Ministério Público (CESAF- ESMP) consiste na definição de metas, a serem cumpridas no prazo de validade, diretamente associado ao Projeto Político Pedagógico (PPP) e ao Plano Estratégico do Ministério Público do Estado do Tocantins 2020-2029.

1.1 Aspectos gerais do perfil dos integrantes do Ministério Público do Estado do Tocantins

O Ministério Público do Estado do Tocantins foi criado no dia da instalação do próprio Estado do Tocantins, em 1º de janeiro de 1989, por meio da Medida Provisória n. 1, documento que institui a primeira estrutura organizacional do poder Executivo estadual.

A instituição é integrada por 12 procuradores de Justiça, 95 promotores de Justiça e conta com um quadro auxiliar de 398 servidores efetivos. Possui 18 sedes próprias de promotorias de Justiça, além da sua sede institucional e um anexo, fazendo-se presente nas comarcas do Estado e atuando nos 139 municípios.

De acordo com a Lei Orgânica n. 51/2008, a instituição é composta por:

Órgãos da Administração Superior	Procuradoria-Geral de Justiça Colégio de Procuradores de Justiça Conselho Superior do Ministério Público Corregedoria-Geral do Ministério Público
---	--

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Órgãos de Administração	Promotorias de Justiça Procuradorias de Justiça
Órgãos de Execução	Procuradoria-Geral de Justiça Colégio de Procuradores de Justiça Conselho Superior do Ministério Público Procuradores de Justiça Promotores de Justiça Promotores de Justiça Substitutos Grupos Especiais de Atuação Funcional
Órgãos Auxiliares	Comissão de Concurso Centros de Apoio Operacional Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional- Escola Superior do Ministério Público Órgãos de Apoio Técnico e Administrativo Subprocuradoria-Geral de Justiça

Os Promotores de Justiça atuam junto aos Juízes de Direito e também de forma extrajudicial, atendendo o cidadão, realizando audiências públicas, visitando presídios e promovendo ajustamentos de conduta. É o Promotor de Justiça quem processa as pessoas que cometem crimes, promovendo a ação penal pública. A partir da Constituição Federal de 1988, a atuação do Ministério Público se intensificou na defesa dos direitos metaindividuais, em especial nas áreas do meio ambiente, consumidor, patrimônio público e cidadania.

1.2. Histórico de implantação e desenvolvimento do CESAFA-ESMP no MPTO

Para a elaboração do presente PDI, o CESAFA-ESMP iniciou uma rota mais sistematizada sobre as bases educacionais, visando constituir-se como escola de governo a serviço das demandas internas do Ministério Público do Estado do Tocantins.

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

O primeiro Plano Educacional do CESAF foi elaborado no ano de 2014. Naqueles dias, o Centro de Estudos dava seus primeiros passos para a construção de seu primeiro Projeto Político Pedagógico (PPP), mesclando aspectos educacionais com plano de ação, mas focalizando a importância de se avançar no âmbito da gestão educacional dentro do Ministério Público do Estado do Tocantins. Constituiu-se, naquele momento, um grupo de trabalho formado por membros e servidores para refletir e formular estratégias para a formação continuada na instituição, envolvendo o planejamento de cursos e programas de qualificação, requalificação, aperfeiçoamento e atualização de conhecimentos no âmbito da educação profissional.

Em âmbito nacional, o Ministério Público amadureceu a tendência de pensar-se como uma organização com a necessidade de atualização e modernização frente a conjuntura brasileira, que passava por mudanças econômicas e sociopolíticas. Ao mesmo tempo, a sociedade exigia das instituições públicas posicionamentos de prevenção e combate à violência e corrupção. O MPTO vivia, assim, um movimento interno de transformação com as demandas da sociedade regional e nacional, pela necessidade de manter-se atualizado, frente aos avanços tecnológicos, e da gestão e cultura organizacionais.

Nesse período, a Instituição garantiu ao CESAF os recursos humanos e a infraestrutura tecnológica para a oferta de atividades educacionais presenciais, semipresenciais e a distância, criando, com isso, as bases de sustentação do plano educacional em construção. Ateve-se às contribuições teóricas e metodológicas de pesquisadoras e pesquisadores das áreas da educação, filosofia, psicologia e ciências sociais aplicadas, como a comunicação e o direito, para o seu planejamento. Entretanto, nesse momento histórico ainda não se dialogou com o setor de planejamento da instituição, que iniciava também seus passos teóricos e metodológicos para a adoção dos princípios da gestão do conhecimento aplicada à administração pública.

O CESAF-ESMP com as atividades presenciais, semipresenciais e a distância, mediadas pelas tecnologias digitais, aprendeu a trabalhar com os projetos

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

que levavam em conta o domínio de competências e habilidades de instrutores na elaboração de conteúdos, usabilidade das ferramentas digitais e desenvoltura necessária na relação com câmeras para transmissão *online*.

O planejamento tornou-se mais expansivo porque se saía da zona de conhecimento da perspectiva de ensino presencial e adentrava-se em processos de emissão-recepção mediados pelas tecnologias, modificando o perfil dos participantes dos eventos, que possuem condições de acesso distintos aos computadores e conexões para internet nas promotorias de justiça da capital e do interior. Os participantes, concebidos como alunos ou estudantes, ganham o *status* de usuário, modificando as perspectivas na elaboração de objetivos, conteúdos, metodologias e processos avaliativos.

O órgão teve condições ao longo de seis anos de implantar programa de cursos e eventos de atualização, capacitação e aperfeiçoamento de curta duração para seu público-alvo nas modalidades presencial e a distância, inclusive desenvolvendo na Plataforma Moodle, o EaDCesaf como repositório principal; além disso, pode se aperfeiçoar nas tecnologias digitalizadas para captação e disponibilização de imagens fazendo desde a cobertura das sessões do CPJ e CSMP, enquanto exigências do CNMP, até gravações de ações educativas ofertadas para todas as promotorias de Justiça do Estado do Tocantins.

Recentemente, os Ministérios Públicos Estaduais iniciaram gestões para implementação de metodologias direcionadas para o fomento de uma cultura organizacional como resposta mais imediata às demandas que a sociedade levantava. Reflexões, literaturas e metodologias refletiam que os MPs estavam em busca de modelos de gestão e de planejamentos institucionais para o fomento de ambientes gerenciais diferenciados.

Nessa conjuntura, o MPTO iniciou, no primeiro semestre de 2019, com a participação de representantes do MPTO, em Brasília-DF, no Fórum Nacional do Ministério Público cuja temática apresentada foi o planejamento estratégico institucional, a construção de seu Planejamento Estratégico. Em 2018, iniciativas foram realizadas sob responsabilidade do Departamento de Planejamento e Gestão,

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

da Diretoria-Geral do MPTO, mas foi, a partir do evento em Brasília-DF, que outro impulso foi dado aos trabalhos para elaboração do documento.

Reuniões setORIZADAS e formação de uma comissão coordenadora foram sendo realizadas ao longo daquele semestre, possibilitando o grande passo metodológico ocorrido em outubro de 2019, com o Fórum de Planejamento Estratégico do Ministério Público do Tocantins para os próximos 10 anos (2020 a 2029). O evento contou com presença de todos os promotores e procuradores de justiça, a fim de discutir as estratégias referentes à atuação finalística da instituição.

O evento foi subsidiado por princípios de metodologia participativa, com a divisão em grupos, estabelecimento de tempos e oportunidades de reflexão e diálogo sobre a vida da instituição. Nesse sentido, a equipe coordenadora do evento sistematizou os resultados desse grande processo de escuta e diálogo e selecionou três paradigmas estratégicos para o MPTO: *Dominus Litis Criminalis* (titular da ação penal), *Dominus Litis Civilis* (titular da ação civil) e *Custos Iuris* (fiscal da ordem jurídica). Vale destacar que compete aos membros do MPTO definir a estratégia para operacionalização destes três paradigmas, devendo ser propostos objetivos, indicadores, metas e iniciativas para os próximos 10 anos, com o devido alinhamento à estratégia do planejamento nacional. Dessa forma, os resultados subsidiaram um primeiro mapa semântico dessa comunidade de informação e aprendizagem do MPTO ali representada pelos seus membros.

Da mesma maneira, a equipe coordenadora iniciou uma série de oficinas setoriais envolvendo os departamentos da instituição, com a finalidade de definir os objetivos, indicadores e metas da área meio que irão compor o Planejamento Estratégico. As oficinas foram realizadas individualmente com cada departamento responsável pela execução das macrorrotinas de trabalho de apoio à área finalística, envolvendo as áreas de gestão de pessoas; gestão administrativa, infraestrutural e logística; gestão orçamentária, financeira e contábil; gestão de tecnologia da informação; apoio técnico-operacional aos órgãos de execução; gestão de inteligência e segurança institucional; apoio jurídico aos órgãos de execução e gestão de comunicação e marketing institucional. O CESA-ESMP teve sua oficina

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

com a equipe coordenadora no primeiro semestre de 2020, já como escola de governo, ampliando sua amplitude e responsabilidade.

Os diálogos, questionamentos, embates e aprendizagem compartilhada com o Departamento de Planejamento e Gestão (DEPLAN) auxiliaram a equipe do CESA-ESMP na elaboração do presente Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) no âmbito da escola, bem como os ecos positivos dos trabalhos também subsidiaram parte da sistemática estabelecida para a elaboração, discussão com os pares e sistematização do Regimento Interno, do Projeto Político Pedagógico, Regimento Interno da Pós-Graduação e do Regimento do Programa de Estágio. O PDI identifica o momento atual do CESA-ESMP e aponta seu horizonte.

É importante que as Escolas de Governo utilizem o plano de desenvolvimento, para alcançar melhores resultados em suas ações, dando suporte ao Projeto Político Pedagógico, pois as ações educacionais direcionadas para membros, servidores e estagiários ganham mais especificidade quando se trabalha com técnicas de apuração dos elementos dos cenários internos em seus pontos fortes e fracos (*strengths* e *weaknesses*) e nos externos, com as oportunidades (*opportunities*) e ameaças (*threats*).

Frente a isso, a atenção e o cuidado para a proposição e realização dos eventos educativos e formativos que levam em conta o público-alvo e as ações que estejam de acordo com as necessidades de cada segmento institucional (técnico, técnico-jurídico, saúde, administrativo e ministerial) devem ser observados. Considera-se como eventos educativos e formativos todas as ações promovidas pelo CESA-ESMP no atendimento das demandas das Áreas Administrativas e Diretoria-Geral, Centros de Apoio às Promotorias de Justiça (CAOPs), Núcleos, Promotorias de Justiça, Subprocuradoria, Corregedoria-Geral, Ouvidoria, Procuradoria-Geral de Justiça, Colégio de Procuradores de Justiça e Conselho Superior do Ministério Público.

A elaboração do PPP possibilitou a estruturação do PDI, subsidiando também a elaboração do planejamento de cursos de pós-graduação *lato sensu*, catalisando o pleito de credenciamento junto ao Conselho Estadual de Educação do Estado do

Tocantins (CEE-TO).

1.2.1. Papel do CESAFA-ESMP

O caminho realizado, desde a formulação do Curso de Preparação à Carreira do Ministério Público, em 2014-5, até o presente PDI apresenta o CESAFA-ESMP direcionado para o desenvolvimento e oferta de atividades de ensino nas modalidades presencial e a distância, de pesquisa e de extensão, assim como é responsável pela biblioteca do MPTO, Laboratório de Mídias e pelo acompanhamento dos estagiários da instituição.

1.2.1.1. Público-alvo

O público-alvo, também denominado público prioritário, do CESAFA-ESMP é constituído pelos membros, servidores e estagiários do Ministério Público do Estado do Tocantins.

1.2.1.2. Missão

Promover a formação e o aprimoramento dos membros, servidores e estagiários para o constante fomento da gestão e difusão do conhecimento alinhado às políticas e diretrizes do Ministério Público do Estado do Tocantins na defesa dos direitos fundamentais, da democracia, da ordem jurídica e dos interesses da sociedade.

1.2.1.3. Visão

Ser referência em formação e aprimoramento de membros, servidores e estagiários na promoção da gestão e difusão do conhecimento, a fim de contribuir com a inserção constante do MPTO na sociedade tocantinense.

1.2.1.4. Valores

- Busca pela excelência na formação, qualificação e aperfeiçoamento profissional com caráter multi e interdisciplinar;
- Valorização das pessoas;
- Respeito à diversidade;
- Promoção da qualidade de vida e inclusão no trabalho;
- Promoção da gestão do conhecimento;
- Incentivo às trilhas de aprendizagem e compartilhamento dos saberes;
- Constante apoio às práticas sustentáveis;
- Incentivo à inovação e à pesquisa científica aplicada;
- Garantia da difusão dos valores democráticos e dos direitos fundamentais;
- Incentivo e aproximação com a juventude acadêmica em busca de preparação dos futuros quadros institucionais.

1.2.1. Objetivos

- Promover a realização de ações educacionais e pedagógicas que visem ao desenvolvimento de competências e habilidades, por meio da especialização profissional, da capacitação técnica, da atualização de conhecimentos e da sensibilização interna acerca de matérias de interesse institucional, bem como do aperfeiçoamento dos serviços da Instituição, observadas as necessidades decorrentes das diretrizes estratégicas do MPTO;
- Adotar metodologia pluralista, que considere a solução de estudos de casos, a problematização de questões sociais e institucionais, a atuação preventiva, proativa e resolutiva, o desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e atitudes voltadas à promoção da cultura de paz, bem como a formação humanista, ética e interdisciplinar como bases da gestão do conhecimento para os integrantes do MPTO;
- Incentivar a pesquisa e ações extensionistas que possibilitem o debate de

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

temas relevantes de interesse institucional, que contribuam para o aprimoramento de membros e servidores do MPTO na direção do aperfeiçoamento do direito, da realização da Justiça e da interação com a sociedade;

- Estimular talentos e instituir, coordenar e promover cursos de ingresso para membros e servidores admitidos nas respectivas carreiras, preparando-os para iniciar o exercício;
- Zelar pela gestão de projetos e ações estratégicas relacionadas ao planejamento estratégico institucional afetas a sua área de atuação, mantendo os registros necessários e prestando as correspondentes informações ao Conselho Superior do Ministério Público – CSMP, Colégio de Procuradores de Justiça – CPJ, à Diretoria-Geral e Diretoria de Planejamento Institucional – DEPLAN;
- Promover e manter intercâmbio técnico, tecnológico, cultural e científico com instituições públicas e privadas, nacionais e estrangeiras;
- Promover a realização de reuniões, ciclos de estudos e pesquisas, seminários, conferências, colóquios, simpósio, congressos e eventos similares nas modalidades presencial e/ou remotas, abertos à frequência de integrantes do MPTO, bem com a sociedade em geral, nas várias áreas de interesse, de forma a subsidiar a ação institucional;
- Realizar e certificar cursos de pós-graduação *lato e stricto sensu*;
- Promover atividades pedagógicas e educacionais relacionadas à pesquisa e à divulgação de trabalhos científicos;
- Recomendar a edição e a publicação de artigos, obras e outros documentos de interesse da Instituição, impressos e digitais, bem como em outros existentes;
- Promover atividades de extensão institucional, voltadas ao exercício pleno da cidadania junto às sociedades local e regional;
- Propor convênios e outros ajustes de cooperação com órgãos estatais ou privados, nacionais ou estrangeiros, visando ao aperfeiçoamento cultural e

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

funcional dos integrantes;

- Zelar pela permanente atualização do acervo bibliográfico da Instituição e pela melhoria dos trabalhos de acesso e pesquisa, por meio de tecnologias que atendam à demanda existente;
- Estabelecer critérios para concessão dos auxílios financeiros a cursos e outras atividades de aprimoramento cultural, científico e profissional a membros e servidores do MPTO, por meio de ato próprio aprovado pelo Procurador-Geral de Justiça, bem como analisar as solicitações e se pronunciar quanto à concessão do benefício, com base na legalidade, na necessidade e na oportunidade;
- Coordenar, executar, supervisionar e controlar as tarefas ligadas ao recrutamento, seleção, registro, controle e vinculação dos estagiários que atuem no MPTO, bem como a de orientar as ações dos supervisores tendo em vista os aspectos pedagógicos da atividade.

2. Plano de Gestão e Administração do CESAF-ESMP

2.1. Da organização do CESAF-ESMP

A Estrutura Organizacional do CESAF-ESMP é composta pelos seguintes níveis de atuação: Diretoria-Geral, Conselho Administrativo Consultivo, Comissão Própria de Avaliação, Conselho Editorial, Secretaria-Geral, Coordenadorias, Laboratório de Múltiplos e Biblioteca, a seguir especificados:

Instância	Competência
Diretoria-Geral	A Diretoria-Geral do CESAF-ESMP é exercida por membro vitalício do MPTO, com titulação mínima de Pós-Graduação stricto sensu (nível mestrado), eleito pelo Colégio de Procuradores de Justiça e designado pelo Procurador-Geral de Justiça, para desempenhar as atribuições previstas em

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

	Regulamento do órgão, nos termos do artigo 47 e seguintes da Lei Complementar Estadual nº 51/2008.
Conselho Administrativo Consultivo	O Conselho Administrativo Consultivo (CONAC) é órgão consultivo do CESAFA-ESMP, tendo em vista a relevância científica, jurídica, gerencial e pedagógica de determinadas atividades, sendo composto pelo Diretor-Geral do CESAFA-ESMP, como Presidente e 03 (três) membros vitalícios do MPTO.
Comissão Própria de Avaliação	A Comissão Própria de Avaliação (CPA) do CESAFA-ESMP composta pelas Coordenadorias do CESAFA-ESMP; representante do Departamento de Planejamento e Gestão do MPTO, representante do Corpo Docente, representante do Corpo Discente e representante de coordenadores dos cursos de pós-graduação.
Conselho Editorial	É a instância que delibera sobre as diretrizes da Revista Jurídica do Ministério Público e demais publicações, selecionando as matérias recebidas, opinando sobre seu valor técnico e científico, a conveniência e a oportunidade de sua publicação. O Conselho Editorial é composto pelo Diretor-Geral do CESAFA-ESMP e 11 (onze) conselheiros, escolhidos dentre os membros e servidores do Ministério Público, representantes das Instituições de Ensino Superior e/ou organizações públicas.
Coordenadorias do CESAFA-ESMP	As Coordenadorias do CESAFA-ESMP estão subdivididas na Coordenação Pedagógica e Coordenação Administrativa, diretamente subordinadas ao Diretor-Geral para contribuir com o aperfeiçoamento e a constante melhoria das atividades desenvolvidas pelo órgão.
	A Coordenação Pedagógica é responsável pela elaboração e supervisão dos planejamentos, metas, estratégias, conteúdos, metodologia, planos de estudo, recursos e processo avaliativo, com base em levantamentos de necessidades de

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

	<p>desenvolvimento da gestão do conhecimento do CESAF-ESMP. Isso reflete na coordenação dos planos de trabalhos e atividades educacionais e proposição das rotas de aprendizagens presenciais, semipresenciais e a distância. Na dimensão da pesquisa e da extensão, acompanha o funcionamento dos grupos de pesquisa e ações extensionistas; na proposição e acompanhamento dos cursos de pós-graduação presenciais e a distância <i>lato sensu e stricto sensu</i>, mediante parcerias e convênios com outras instituições de ensino superior; na gestão dos conteúdos do ambiente virtual EadCesaf; atendimento ao Programa de Estágio do MPTO em seus aspectos pedagógicos. A Coordenação Pedagógica tem uma unidade de apoio de suporte técnico administrativo, a Secretaria Acadêmica. Ela é responsável pelo acompanhamento, organização e atualização dos registros acadêmicos, do calendário de aulas e cursos, horários de aulas, documentos pertinentes à vida acadêmica e cópia dos registros de certificados e diplomas dos cursos de pós-graduação do CESAF-ESMP.</p> <p>A Coordenação Administrativa atua no planejamento e acompanhamento das atividades de gestão administrativa do CESAF-ESMP, viabilizando, operacionalmente no âmbito tecnológico e logístico, todos os meios necessários à execução dos cursos e eventos promovidos pelo órgão, tanto na modalidade presencial quanto a distância. Também acompanha a estruturação orçamentária do órgão, monitora as tarefas ligadas ao recrutamento, à seleção, ao registro e admissão, ao monitoramento e à avaliação dos estudantes no Programa de Estágio. A Coordenação Administrativa promove a divulgação de todas as atividades realizadas pelo CESAF-ESMP e acompanha a concessão de auxílios financeiros a cursos e outras atividades de aprimoramento acadêmico,</p>
--	---

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

	<p>científico ou profissional de membros e servidores da Instituição. No âmbito infotecnológico, trabalha com sistemas, programas, aplicativos e tutoriais para implementar ações educativas, com a utilização de linguagens apropriadas, auxiliando, também, a Coordenação Pedagógica, nas constantes melhorias no Ambiente Virtual de Aprendizagem, EadCesaf.</p>
Secretaria-Geral do CESAF-ESMP	<p>A Secretaria-Geral assiste ao Diretor-Geral, à Coordenação Pedagógica e a Coordenação Administrativa no âmbito do fluxo organizacional documental e atendimento ao CESAF-ESMP.</p>
Laboratório de Multimeios	<p>Laboratório de Produção de Multimeios realiza as produções educativas com formatos e linguagens audiovisuais específicas. O Laboratório é composto por um estúdio básico para gravação e transmissão ao vivo (<i>online</i>) ou pré produzidas de aulas, conferências, palestras, debates e oficinas pedagógicas, bem como uma ilha de edição e de corte. Também realiza a gravação e transmissão das sessões dos órgãos colegiados da Instituição e dos eventos promovidos pelo CESAF-ESMP; encarrega-se de elaborar e atualizar a identidade visual das gravações, gerar som e captar imagem de eventos e atividades, orientar docentes e instrutores nos registros ou transmissão nas atividades educativas do CESAF-ESMP. A Coordenação Pedagógica é responsável em supervisionar as atividades do Laboratório de Multimeios.</p>
Biblioteca	<p>A Biblioteca do CESAF-ESMP gerencia e executa a gestão do acervo bibliográfico impresso e digital, com o objetivo de disseminar a informação jurídica de interesse à atividade institucional e incentivar o intercâmbio com instituições afins, mantendo atualizado o cadastro de entidades parceiras e redes cooperativas de informação. A Biblioteca passa por</p>

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

	constante atualização de acervo e implantação de programas digitais para atuar tanto com repositório de conteúdos quanto na memória da produção do conhecimento institucional. A Biblioteca tem como público-alvo os membros, servidores e estagiários do MPTO.
--	---

As determinações estabelecidas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (art. 53 e 54), que tratam da autonomia e da gestão democrática no ensino superior, guardadas as especificidades da natureza jurídica do CESAFA-ESMP, servem de referencial normativo a nortear o Plano de Gestão Estratégica (2020-2025), que se orienta pelos princípios da autonomia, da eficiência, da gestão democrática e outros de natureza pedagógica, como relação teoria e prática, movimento do pensamento a partir da prática laboral, interdisciplinaridade, metodologias ativas, aprendizagem construída com base na problematização e outros.

A autonomia do CESAFA-ESMP materializa-se na ideia de autogoverno, autogestão e de regulação mediante regras próprias, considerando os limites estabelecidos pelas leis, pelo planejamento estratégico do Ministério Público do Tocantins e pelos órgãos de diferentes instâncias do sistema educacional.

2.2. Localização do CESAFA-ESMP

O CESAFA-ESMP está localizado na Sede da Procuradoria-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Tocantins, com endereço físico na Quadra 202 Norte, Avenida LO 4, Conj. 1, Lotes 5 e 6, no Plano Diretor Norte, Palmas – Tocantins. A escola localiza-se no 3º andar da Sede da PGJ/MPTO, contando com 1 sala para a Secretaria-Geral e Secretaria; 1 sala com três estações de trabalho para as Coordenações Pedagógica e Administrativa e pessoal de apoio técnico; 1 sala de multifuncional de 30,32 m², na qual são realizadas reuniões de trabalho, oficinas de capacitação para grupos de 20 pessoas e aulas presenciais para grupos de alunos da pós-graduação (subdivididos em dias e horários alternados). No 1º andar está

localizado o Mini Auditório com capacidade para 87 pessoas para a oferta de oficinas, cursos, oficinas e aulas; no piso térreo também a escola conta com o Auditório Emival Sanches, com capacidade para 207 pessoas.

2.3. Projeto de autoavaliação do CESAFA-ESMP e avaliações externas

O CESAFA-ESMP estabeleceu a partir de seu Regimento Geral a Comissão Própria de Avaliação (CPA). A Comissão está prevista nos termos do inciso I, do artigo 11, da Lei n. 10.861, de 14 de abril de 2004 (SINAES), e coordena os processos internos de avaliação do CESAFA-ESMP, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo Sistema Estadual de Ensino e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), autarquia federal ligada ao Ministério da Educação. Também compete à CPA zelar pelo alcance dos objetivos institucionais previstos no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), no Projeto Político Pedagógico (PPP) e nos projetos de cursos de pós-graduação. É composta pelas Coordenadorias do CESAFA-ESMP; representante do Departamento de Planejamento e Gestão do MPTO, representante do Corpo Docente, representante do Corpo Discente e representante de coordenadores dos cursos de pós-graduação.

Com vistas a reunir elementos para melhoria da gestão e avaliar a coerência da missão com as práticas institucionais, serão realizadas as autoavaliações e, ainda, as avaliações externas.

O CESAFA-ESMP toma como elementos para a realização da avaliação externa a adoção dos procedimentos descritos na Resolução n. 155/2020 do CEE/TO, que dispõe sobre as funções de regulação, avaliação e supervisão de instituições de educação superior, e curso de graduação e pós-graduação, no sistema de ensino do Tocantins.

Os procedimentos de avaliação externa consideram ainda, as orientações emanadas na Nota Técnica INEP/DAES/CONAES n. 65/2014 – “Relatório de Autoavaliação Institucional”, utilizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas

Educacionais Anísio Teixeira (INEP) para avaliação das Escolas de Governo em processo de credenciamento.

Ao final de cada ano, a CPA publicará relatório anual das avaliações institucionais, contemplando a análise e consolidação dos resultados, com o objetivo de se constituir como instrumento subsidiário do planejamento institucional do CESAF-ESMP, conforme artigo 10 do Regimento Interno do CESAF-ESMP.

2.4. Mecanismos de comunicação e procedimentos de atendimento com as comunidades, interna e externa

O planejamento das ações do CESAF-ESMP inexistente se não tiver um plano de comunicação estratégica com os diferentes atores profissionais no âmbito institucional. O CESAF-ESMP busca comunicar-se com todos os níveis de colaboradores dentro do MPTO, distribuídos nas atividades técnico-administrativas da Administração e nas promotorias de Justiça, tanto como membros e servidores. Essa prática efetivada pelo CESAF-ESMP ao longo dos últimos anos fortaleceu a escola como uma instância aberta ao diálogo e atenta à vida profissional dos servidores e membros.

As instâncias de comunicação interna se efetivam por meio de reuniões setoriais para levantamento de expectativas e planejamentos de atividades. As reuniões, em geral, ocorrem com as chefias imediatas e ou com representantes dos servidores proponentes das atividades educativas, da mesma maneira ocorre com os promotores de Justiça e nas respectivas coordenações dos centros de apoio operacionais às promotorias de Justiça.

Além das reuniões de trabalho presenciais, o CESAF-ESMP mantém seus canais de comunicação aberto aos servidores e respectivos setores de atuação, por meio do contato telefônico, correio eletrônico ou grupos específicos criados nas plataformas digitais (Whatsapp). Além da comunicação *on-line* direta, a escola mantém atualizada sua página no Portal do MPTO, bem como os informes dos cursos oferecidos no Ambiente Virtual de Aprendizagem EaDCesaf.

O CESAF-ESMP procurou estabelecer uma identidade visual para dar suporte comunicacional à sua missão institucional. Essa identidade visual se faz presente nas publicações digitais, banners informativos de eventos e nas páginas de conteúdos do EaDCesaf. Com a mediação das tecnologias digitais, o CESAF-ESMP tem buscado se aproximar mais dos integrantes do MPTO tanto na capital quanto nas promotorias de justiça nos demais municípios tocantinenses na oferta das atividades na modalidade à distância *online* e no acervo videográfico dos cursos (oferta *offline*) e nos repositórios de conteúdos digitais da biblioteca.

A comunicação externa passa pelo mesmo crivo de qualidade técnica e acolhimento no contato com o público, seguindo-se as premissas estabelecidas pela Assessoria de Comunicação e Assessoria de Cerimonial.

2.5. Responsabilidade e inclusão social

O CESAF-ESMP, enquanto Escola de Governo, desde sua formação inicial enquanto Centros Integrados em 1996, busca promover a ética, a cidadania, a consolidação da democracia e redução das desigualdades em suas atividades, visto que, como órgão auxiliar do MPTO, contribui com a estrutura institucional em sua missão de forma direta e/ou indiretamente.

Na atuação da Escola, os referenciais sobre inclusão, desenvolvimento social, econômico da região estão presentes em seu projetos pedagógicos de cursos de capacitação e aperfeiçoamento, editais de seleção de estagiários e de cursos, de pequena ou longa duração, e projetos de ação institucional que são desenvolvidos com o apoio do CESAF-ESMP desde seu planejamento inicial, avaliação de pertinência e avaliação de resultados, conjuntamente com setores de planejamento.

Isso ocorre devido ao comprometimento que a Escola tem em relação à qualidade de seus eventos internos e externos e atividades extensionistas, proporcionando aos discentes uma atuação mais efetiva em relação ao aspecto social. O planejamento integrado com a missão estratégica da instituição permite que além de demandas internas de capacitação para o trabalho, a Escola alcance

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

público interno e externo e possa colaborar de forma efetiva na promoção de um desenvolvimento global e inclusivo.

O CESA-ESMP leva em consideração as políticas de inclusão e legislações pertinentes destacando a organização físico estrutural de seus espaços; projeção de Plano de Acessibilidade com o objetivo de promover condições de acessibilidade no ambiente físico, aos recursos didáticos e pedagógicos e à comunicação e editais de seleção (de estágio ou de cursos) com destinação de vagas específicas para pessoas com deficiência e pessoas negras.

Essa atuação se materializa em cursos de capacitação e aperfeiçoamento com temáticas voltadas à pessoa com deficiência, mulheres em situação de vulnerabilidade, criança e adolescente, dentre outras. Cabe destacar que, além da esfera do ensino, as atividades de pesquisa e extensão enriquecem a atuação da Escola com os seguintes projetos institucionalizados pela Comissão Permanente de Gestão Estratégica (CPGE), da qual o CESA-ESMP participa ativamente enquanto membro efetivo da comissão e parte da equipe executora do projeto. Para a execução em 2021, dentre os aprovados, destacamos os seguintes projetos:

- **MP Inclusivo.** Objetivo: Proporcionar a inclusão social de deficientes auditivos, por meio da introdução de intérprete de Libras nas transmissões das sessões do CPJ e CSMP, bem como em eventos destinados ao público externo.
- **Mulheres Construtoras: construindo história com as próprias mãos.** Objetivo: Formar rede de parceiros para promover, no período de janeiro a dezembro/2021, apoio na capacitação profissional na área da construção civil para mulheres em situação de vulnerabilidade socioeconômica.
- **Uma parceria rumo à paz – Ministério Público do Tocantins, associações ou grupos organizados de mulheres para atendimento às mulheres vítimas de violência doméstica.** Objetivo: Promover dois eventos

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

envolvendo Associações ou Grupos Organizados de Mulheres para Atendimento às mulheres vítimas de violência doméstica para divulgação da Lei n. 11.340/2006 – Lei Maria da Penha, no Ministério Público.

- **Anjos da guarda – rompimento do ciclo da violência doméstica através da conscientização das crianças – Ministério Público do Tocantins divulgando a Lei Maria da Penha por meio de palestras educativas e lúdicas voltadas para o público do ensino fundamental.** Objetivo: Conscientizar estudantes por meio de palestras educativas, contra a prática de violência doméstica e familiar contra a mulher e capacitar os educadores para o desenvolvimento de atividades que busquem modificar valores no tocante ao direito da mulher, em razão da história da humanidade ter construído uma cultura de que o homem é superior à mulher, a qual está historicamente arraigada no seio social.
- **Videoconferência no Atendimento ao Público do MPTO.** Objetivo: Disponibilizar ao cidadão tocantinense, mediante agendamento junto ao Órgão de Execução, no horário de expediente definido pela Administração Superior, o serviço de atendimento ao público por videoconferência nas sedes do Ministério Público do Tocantins, para promoção de acessibilidade.
- **SuperAção – Monitoramento e fiscalização do cumprimento do Direito à educação no contexto de Pandemia/Pós Pandemia pelo MPE/TO.** Objetivo: Promover a reorganização do CAOPIJE para atender às necessidades das promotorias de Justiça face ao enfrentamento da crise educacional ocasionada pela COVID-19, com vistas a articular e subsidiar a atuação dos promotores de Justiça de forma a buscarem, junto aos Poderes Executivo e Legislativo, o cumprimento do dever constitucional de oferta de educação com qualidade para todos.
- **Educação Rural de Qualidade.** Objetivo: Instar o Sistema Municipal de

Ensino de Porto Nacional a promover a qualidade e resultados da educação rural em escolas multisseriadas da rede.

2.6. Defesa e promoção dos direitos humanos e da igualdade étnico-racial

O CESAF-ESMP possui como frente de atuação prioritária a abordagem dos Direitos Humanos, presente como eixo norteador de todas as atividades de ensino, pesquisa e extensão. Além de cursos de capacitação e aperfeiçoamento, em parceria com setores internos da Instituição, como o Centro de Apoio das áreas do Consumidor, da Cidadania, dos Direitos Humanos e da Mulher (CAOCID), frisa-se duas parcerias importantes para a discussão e promoção dos Direitos Humanos a partir de atividades de formação acadêmica e de ensino compartilhadas com parceiros institucionais.

1. Termo de Compromisso. Fundação Universidade Federal do Tocantins – UFT por intermédio do Programa de Pós-Graduação em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos; Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins – TJTO com a interveniência da Escola Superior da Magistratura Tocantinense – ESMAT. Processo: 19.30.1550.0000133/2019-75.

De acordo com o Plano de Trabalho do projeto de pesquisa e extensão “Nucleação de Grupos de Pesquisa e internacionalização do Mestrado em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos”, os três órgãos envolvidos têm como objetivos o fortalecimento da pesquisa, publicação das pesquisas em revistas qualificadas e contribuição para o aperfeiçoamento do Sistema de Justiça do estado do Tocantins com o desenvolvimento de pesquisas relativas aos direitos humanos; a promoção da cidadania; o acesso à Justiça; a efetividade das decisões judiciais; a verificação das políticas públicas; a qualidade de serviços que promovam a cidadania e a eficácia da prestação jurisdicional do estado do Tocantins.

Destaca-se que dentre as 12 (doze) pesquisas em andamento, a pesquisa “Entre a letra e a sentença: a realidade do acesso de pessoas afrodescendentes à

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Justiça na comarca de Palmas/TO nos anos de 2018 a 2020”, de autoria da Procuradora de Justiça, Dr.^a Maria Cotinha Bezerra Pereira, já gerou debates em eventos internos e externos, no compartilhamento do conhecimento gerado.

2. Termo de Cooperação Técnica. Colégio de Diretores de Escolas e Centros de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional dos Ministérios Públicos do Brasil (CDEMP) e Escola Nacional do Ministério Público (ENAMP). Processo: 19.30.1551.0000405/2020-85.

De acordo com o Plano de Trabalho, as implementações de ações conjuntas em cursos, projetos, programas e outras atividades de treinamento, desenvolvimento e educação, de interesse mútuo entre as partes, são realizadas desde o ano de 2020. Dessa forma, as atividades educativas disponibilizam vagas e permitem o compartilhamento de instrutores entre as Escolas. Cabe destacar que no ano de 2020, de acordo com o Relatório de Gestão do CESA-F-ESMP, as atividades compartilhadas entre as escolas com temáticas na área dos direitos fundamentais, destacando a igualdade étnico-racial, pessoa com deficiência, pessoas idosas e violência doméstica e de gênero totalizaram aproximadamente 10% (dez por cento) das atividades.

Em cumprimento aos objetivos do Planejamento Educativo do CESA-F-ESMP e dos pleitos decorrentes dos estudos do CNMP e dos ramos de atuação do Ministério Público brasileiro, a Escola empreendeu as seguintes iniciativas:

- realização de eventos de sensibilização sobre questões de gênero aos integrantes do MPTO e aos/às estagiários/as e parceiros/as institucionais;
- observância da paridade na participação entre mulheres e homens nos cursos, como docentes e discentes;
- incremento de atividades acadêmicas em temas relacionados aos direitos humanos, de modo interinstitucional.

Adicionalmente, durante o quinquênio 2020-2025, serão desenvolvidas as seguintes ações:

- atividades educativas anuais de sensibilização sobre direitos humanos,

- questões de gênero e étnico-raciais voltados ao público interno e externo;
- revisão contínua de padrões, rotinas, formulários e cadastros que contenham campos e perguntas que permitam a coleta das informações necessárias ao planejamento, à execução, ao monitoramento e à avaliação das ações institucionais na perspectiva dos direitos humanos;
 - ampliação do diálogo com a sociedade, com o objetivo de incluir nos planejamentos as discussões de temáticas de relevância social e regional;
 - revisão contínua de todas as políticas institucionais do CESA-ESMP no que tange os direitos humanos, nas perspectivas de gênero e não discriminação étnico-racial.

2.7. Diversidade, meio ambiente, memória cultural, produção artística e patrimônio cultural

Na estrutura do Ministério Público do Tocantins há áreas específicas que atuam na defesa da diversidade, meio ambiente, memória cultural, produção artística e patrimônio cultural, tais como as Promotorias Regionais Ambientais, o Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça com atuação em Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente – CAOMA e o Laboratório de Geoprocessamento – LABGEO, implantado como ferramenta permanente de geração e análise de dados espacializados do território do Estado do Tocantins para suporte às ações estratégicas e pontuais do Ministério Público na área ambiental.

Para instrumentalizar a atuação dessas áreas, bem como de membros/as e servidores/as que atuam nesses campos temáticos, o CESA-ESMP oferece anualmente ações de ensino, pesquisa e extensão em temas correlacionados, como:

- **Cursos de Aperfeiçoamento:** “Turismo Ordenado e Sustentável”, com o objetivo de promover o ordenamento turístico no âmbito da atuação ministerial, garantindo minimamente que os padrões relacionados ao

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

licenciamento ambiental e o uso sustentável de atrativos turísticos respeitem sua capacidade receptiva e permitam o adequado desenvolvimento econômico da atividade.

- **Atividades de Pesquisa:** “Meio ambiente legal”, que visa aprimorar e modernizar a infraestrutura técnica e operacional do CAOMA, LABGEO e Promotorias Regionais Ambientais, promovendo ainda a capacitação dos servidores para melhorar a eficácia no atendimento às demandas dos membros do MPTO.
- **Atividades de Extensão:** “Preservação das Áreas Verdes no MPTO”, com o fito de implantar sistemas de irrigação abastecidos por poços semiartesianos na sede da PGJ e Sede das Promotorias de Porto Nacional e recomposição das áreas verdes; e “Caminhando pela vida”, que visa reduzir a prevalência de sobrepeso e obesidade entre os integrantes do Ministério Público, e os fatores de risco associados o alto Índice de massa Corpórea (IMC) e síndrome metabólica.

A Escola possui também atuação junto a administração superior do Ministério Público e o CAOMA, que conduz ações envolvendo aspectos ambientais identificados, tais como: a gestão de resíduos sólidos, a redução de consumo e o reaproveitamento de materiais de expediente, o combate ao desperdício de energia e água, a capacitação contínua dos(as) servidores(as) e de multiplicadores(as).

Ademais, a valorização da pluralidade e da diversidade sociocultural brasileira e tocantinense por meio do resgate, da promoção e da preservação da memória cultural vem sendo desenvolvida e será reforçada no próximo quinquênio a partir das atividades de extensão realizadas em articulação com a Assessoria de Cerimonial através do desenvolvimento dos projetos “Coral MPTO Encanto”, que desenvolve formação em canto e organização de coral, com promoção de atividades artísticas e culturais permanentes, voltadas para a formação humana, social e estética entre os

integrantes do MPTO; e do “Projeto Sexta-Feira Cult”, que através da realização de lives com a participação de artistas internos (servidores do MPTO) e externos, promovem a cultura local.

No campo da preservação e valorização do patrimônio cultural o CESA/ESMP, através do Projeto de efetivação das atividades de sua biblioteca, busca conservar e manter o acervo de material gráfico e audiovisual do CESA/ESMP, remetendo cópias ao memorial do MPTO, para registro e preservação da memória das ações realizadas.

Todas essas ações que já são desenvolvidas pelo CESA/ESMP, em articulação com a administração superior e dos órgãos de apoio integram o rol de ações e projetos a serem ampliados e fortalecidos no quinquênio 2020-2025.

2.8. Relação entre planejamento financeiro e gestão institucional

A Constituição Federal de 1988 determinou, de acordo com o art. 168, que o poder Executivo entregará todo mês para os poderes Legislativo e Judiciário, também para o Ministério Público e a Defensoria Pública 1/12 (um doze avos ou duodécimo) da despesa prevista para o órgão para o ano. Isto é, até o dia 20 de cada mês deve ser transferido o valor específico de acordo com a regra chamada duodécimo constitucional.

Os duodécimos constitucionais nas unidades federativas têm origem no caixa único dos respectivos Tesouros Estaduais, definidos em ano anterior, com a aprovação da Lei Orçamentária Anual (LOA), que leva em consideração as estimativas de arrecadação e despesas do Poder Executivo.

A Administração Direta analisa, por meio do Departamento de Planejamento, Gestão e Orçamento, os projetos financeiros dos órgãos auxiliares no MPTO. Dessa maneira, o CESA/ESMP não é uma unidade autônoma no tocante à captação e gerenciamento financeiro, depende da elaboração de planos, programas e projetos que por sua vez são analisados por instâncias superiores.

As despesas decorrentes do funcionamento do Centro de Estudos e

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Aperfeiçoamento Funcional – Escola Superior do Ministério Público correrão por conta da dotação orçamentária do Ministério Público e do Fundo de Modernização e Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público do Estado do Tocantins – FUMP, previsto no art. 261 da Lei Complementar.

Também, a implantação de atividades acadêmicas que possam gerar receitas para o CESA-ESMP constituirão recurso do Fundo de Modernização e Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público do Estado do Tocantins – FUMP. A aquisição de equipamentos tecnológicos e infraestrutura passam pela análise da Procuradoria-Geral de Justiça do MPTO.

2.9. Do sistema de registro acadêmico

A Secretaria Acadêmica é responsável pelo gerenciamento das atividades de acompanhamento, organização e atualização dos registros acadêmicos, do calendário de aulas e cursos, horários de aulas, documentos pertinentes à vida acadêmica e cópia dos registros de certificados e diplomas dos cursos de pós-graduação do CESA-ESMP.

De forma conjunta com a Secretaria Administrativa, a Secretaria Acadêmica acompanha a realização dos cursos independentemente da modalidade, até a sua conclusão, momento em que realiza a certificação aos estudantes.

No Plano de Ação Estratégica para o quinquênio 2020-2025 estão previstas ações para aperfeiçoar o sistema de registro acadêmico, a fim de possibilitar análises quantitativas e qualitativas.

3. Do Corpo docente, Administrativo e Discente

3.1. Critérios de seleção e contratação de docentes

A seleção e a contratação de professores/as é realizada após a avaliação de

necessidades de formação e capacitação e a aprovação do planejamento anual do CESAF-ESMP. Uma vez que se conhece a oferta acadêmica do ano letivo, o CESAF-ESMP realiza chamamento público de candidatos/as a exercer a docência nas atividades a distância e presenciais previstas no Plano. A convocação permite a participação de membros/as, servidores/as e público externo, de modo que se tenha uma seleção democrática e se estimule a atuação de profissionais que concilie a experiência e o conhecimento nas temáticas relacionadas às atividades finalísticas e da área meio do MPETO.

A seleção do corpo docente dos cursos ofertados pelo CESAF-ESMP pauta-se pelo cumprimento de requisitos básicos, tais como formação acadêmica sólida em áreas do conhecimento que sejam aderentes à disciplina e ao curso; experiência profissional relevante na temática; e experiência docente.

3.1.1. Titulação e experiência profissional do corpo docente

O CESAF-ESMP busca, preferencialmente, profissionais com titulação mínima de mestrado ou doutorado. Em relação aos cursos de pós-graduação, a serem ofertados pela Escola, a seleção de docentes se dará em conformidade com o percentual mínimo de mestres/as e doutores/as, exigido nos atos normativos dos órgãos avaliadores.

A seleção de docentes, buscará a compatibilidade com o desenho instrucional descrito no projeto pedagógico das atividades formativas, buscando garantir qualidade social aos cursos e, de modo geral, favorecer a produção de conhecimento contextualizado e aplicável aos/às discentes, por meio da promoção de um ambiente participativo em que seja possível a realização de associações sobre os saberes e as experiências no mundo do trabalho.

Para a realização do primeiro Curso de Especialização em Gestão e Governança no Ministério Público, conta-se com um quadro de docentes composto por 14 (quatorze) doutores, 8 (oito) mestres e 2 (dois) especialistas.

3.1.2. Formação e capacitação do corpo docente

O CESAF-ESMP não possui quadro de docentes fixo, o que implica no desenvolvimento de uma política continuada de formação e capacitação docente, tendo em vista a diversidade de pessoas que exercerão o magistério na instituição. Diante desta necessidade serão desenvolvidas ações permanentes de formação e capacitação para os docentes e, também para o corpo técnico administrativo através da:

- Oferta de cursos de pós-graduação: o CESAF-ESMP oferta vagas em cursos de Mestrado decorrente de acordos de cooperação com a Escola Superior da Magistratura do Tocantins – ESMAT e a Universidade Federal do Tocantins – UFT, e tem como meta a oferta de curso de pós-graduação próprio.
- Trilha de aprendizagem: projeto em desenvolvimento que consiste na oferta, ininterruptamente, de cursos a distância autoinstrucionais sequenciados, intermediados por outros recursos pedagógicos, com o objetivo de desenvolver competências didáticas.
- Aperfeiçoamento docente: cursos de aperfeiçoamento anuais, a serem planejados com a elaboração das atividades acadêmicas anuais, que buscam capacitar os/as docentes que ministrarão atividades ao longo do ano quanto a elaboração de projeto pedagógico, metodologias participativas de aprendizagem, plano de aula, inovações pedagógicas e tecnologias educacionais.

3.2. Formação e capacitação do corpo técnico-administrativo

O CESAF-ESMP incentiva a capacitação como um direito de seus servidores para o exercício de sua cidadania e para o seu aperfeiçoamento profissional e pessoal. Para tanto, a Escola oportuniza programas de capacitação aos servidores

técnicos administrativos, de acordo com o interesse de cada segmento, conforme sua política de educação continuada. O principal objetivo da capacitação é o aperfeiçoamento técnico, pedagógico, científico e cultural dos servidores, na perspectiva da construção sistêmica de um padrão unitário de qualidade. A capacitação compreende os programas de aperfeiçoamento e as demais atividades técnicas, científicas e culturais, ou que venham a ser estabelecidas por força de convênios ou constituição própria da Instituição.

3.3. Atendimento aos discentes e acompanhamento dos egressos

O corpo discente do CESAF-ESMP é constituído por todos/as aqueles/as que usufruem das ações educacionais ofertadas pela instituição – comunidade, servidores/as e membros/as do Ministério Público do Tocantins. A Escola possui vários meios e canais de comunicação e atendimento ao corpo discente. Os/as discentes podem solicitar informações e documentos por meio da central telefônica e dos e-mails constantemente monitorados pelas secretarias, administrativa e acadêmica.

A Escola mantém seus canais de comunicação abertos aos discentes por meio do contato telefônico, correio eletrônico ou grupos específicos criados nas plataformas digitais (Whatsapp). Além da comunicação *on-line* direta, a escola mantém atualizada sua página no Portal do MPTO, bem como os informes dos cursos oferecidos no Ambiente Virtual de Aprendizagem EaDCesaf.

Além destes canais de comunicação a escola adota políticas de apoio e acompanhamento com o propósito de estimular a permanência, incentivar a constante participação, garantir o acolhimento e o atendimento de especificidades influenciadoras do processo de aprendizagem. A instituição possui setores de atendimento específicos que facilitam e oportunizam o desenvolvimento acadêmico do aluno, tais como:

- a) Acesso a biblioteca através da Internet e pesquisa local;
- b) Acesso a 10 notebooks com internet, na sala de multifuncional;

- c) Ambiente de alimentação e espaço de convivência;
- d) Mecanismos de nivelamento para inclusão digital, formação pessoal e conhecimentos básicos e conhecimentos em línguas estrangeiras.

Para o ano de 2021 estão previstas ações voltadas para o conhecimento instrumental de língua estrangeira (inglês) e de redação jurídica.

3.3.1. Apoio à participação dos discentes em eventos

O CESA-ESMP busca apoiar os seus discentes para que participem de eventos que possam contribuir para a atualização e aperfeiçoamento de sua formação. Este apoio é realizado na forma de facilitador de transporte aos discentes para eventos, visitas, dentre outros, além de incentivos para publicação de artigos científicos, congressos, seminários, encontros e outras atividades voltadas para a formação mais adequada e atual dos discentes.

3.4. Acompanhamento dos egressos

Busca-se manter um diálogo constante com o egresso, oferecendo serviços que facilitem o processo de educação continuada e sirvam de intercâmbio entre os colegas e entre docentes e discentes e a direção do CESA-ESMP.

No seu planejamento quinquenal (2020-2025) a Escola prevê, no âmbito da atuação da CPA instrumentos de acompanhamento do desempenho profissional dos ex-alunos. Neste sentido, estes dados representarão um passo importante na incorporação de elementos da realidade externa à instituição, ao processo ensino-aprendizagem-educação-desenvolvimento que oferece nos seus cursos.

Este acompanhamento dará se periodicamente por meio de correspondências, contatos pessoais e via eletrônica, convites para a participação nos eventos especiais do CESA-ESMP e que resultarão em relatórios sobre o desenvolvimento do egresso no mercado de trabalho.

3.4.1. Atuação dos egressos no ambiente socioeconômico

Através do acompanhamento de egressos será possível observar a alta empregabilidade de nossos egressos, tanto na iniciativa privada, como em cargos públicos. Serão observados ainda o número de egressos que empreenderam em negócios próprios ou atividades públicas, trazendo mudanças significativas no meio em que está inserido.

4. Cronograma de implantação e desenvolvimento do CESAFA-ESMP para o quinquênio 2020-2025

O tempo do Direito e da Justiça obedece à processualidade estabelecida nas rotinas jurídicas, o tempo da administração estratégica vislumbra os planos a longo prazo e o tempo da esfera educativa necessita, para suas atividades, uma temporalidade quinquenal. Isso permite estabelecer, atuar e avaliar programas, planos e projetos num marco temporal necessário para a avaliação das metodologias selecionadas, sempre em alinhamento com o Plano Estratégico do MPTO 2020-2029 e com possibilidades de agregar outras opções teóricas, pedagógicas e didáticas.

Frisa-se que as modalidades presencial, semipresencial e a distância já se fazem presentes nos projetos pedagógicos do CESAFA-ESMP, bem como a incorporação das tecnologias da informação e comunicação digitais, já assumidas como imprescindíveis em grande parte das atividades. As tecnologias digitais permitem que a relação interação-interatividade ocorra entre os/as participantes das atividades com o propósito de desenvolver um trabalho colaborativo e dinâmico no ambiente virtual de aprendizagem (EaDCesaf/Moodle).

Pode-se, mediante experiências acumuladas e pelo intercâmbio de saberes com as demais unidades de capacitação dos Ministérios Públicos no Brasil realizar um deslocamento positivo do modelo de educação a distância, baseado numa relação unilateral com a única mídia textual a mediar a relação de ensino-

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

aprendizagem. Um novo foco na aprendizagem é possibilitado pelo reforço de oferta de um ambiente cooperativo e independente do(a) estudante, entendendo este(a) como sujeito autônomo e capaz de construir o seu próprio conhecimento.

As experiências vivenciadas com a modalidade a distância (EaD) trouxeram vantagens para as atividades do CESA-F-MPTO, tais como: a) democratização da oferta e acessibilidade dos cursos, de modo a minimizar as barreiras físicas institucionais e as contingências pessoais de membros/as e servidores/as (necessidade de afastamento do trabalho e deslocamento para capacitação presencial); b) aumento da conexão entre servidores(as) e membros distribuídos(as) no estado do Tocantins, com a possibilidade de estimular o trabalho colaborativo, compartilhar os desafios e trazer resolutividade sobre assuntos profissionais nos âmbitos local e nacional; c) oferta de cursos à com qualidade e baixo investimento; d) racionalização e otimização do investimento em capacitação pela reprodutibilidade do curso a distância, pelo alcance ofertado e pelo custo efetivo em comparação com capacitações na modalidade presencial.

As atividades do CESA-F-ESMP, a seguir, encontram-se distribuídas numa perspectiva curricular integrada do ensino, pesquisa e extensão:

Instância	Modelagem Curricular	Modalidade	Público-alvo
Ensino	Cursos de Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i>	Presencial	Membros e servidores e público externo
	Cursos de Aperfeiçoamento	Presencial e EaD	Membros e servidores e público externo
	Programa de Preparação para Carreira do Ministério Público (Curso de Iniciação à carreira do Ministério Público)	Presencial EaD	Membros
	Programa Básico de Formação para Servidores (Curso Básico de Iniciação)	Presencial EaD	Servidores analistas e técnicos
	Cursos de Atualização	Presencial e EaD	Membros e servidores

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

			e público externo
	Minicursos e Oficinas	Presencial e Ead	Membros e servidores e público externo
Pesquisa	Pesquisa Aplicada – Projetos de Nucleação de Grupos de Pesquisa – Projetos Estratégicos sob demanda	Presencial e multiplataformas	Membros e servidores
Extensão	Eventos formativos próprios ou associados com os Centros de Apoio Operacionais, Núcleo de Segurança Institucional, Grupo de Combate à Corrupção e Criminalidade e demais setores e órgãos da administração do MPTO.	Presencial e multiplataformas	Membros e servidores; Acadêmicos interessados nas carreiras do Ministério Público; e Representantes das organizações e associações da sociedade civil e instituições parceiras.

A indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão são princípios subjacentes ao CESA-ESMP, enquanto escola de governo, que também se beneficia do espírito de gestão e produção do conhecimento no âmbito científico acadêmico.

Frente a isso, o CESA-ESMP fomenta atividades de apoio à pesquisa, a partir de primeiro convênio intitulado “Nucleação de Grupos de Pesquisa e Internacionalização do Mestrado em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos”, para o período de 2019 a 2021, firmado pela Procuradoria-Geral do MPTO, Universidade Federal do Tocantins e a Escola da Magistratura Tocantinense. O

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

convênio conta com a participação de sete promotores de Justiça. Busca-se com isso, fortalecer internamente a pesquisa no MPTO, ampliando o leque de difusão do conhecimento por meio de publicações de pesquisas em revistas qualificadas e possibilitando que a atuação ministerial tenha o suporte teórico metodológico acadêmico.

No plano de ações para o quinquênio 2020-2025 o CESA-ESMP propõe o desenvolvimento de ações que visam a estruturação de eixos/linhas de pesquisa, como forma de direcionar o desenvolvimento das pesquisas de acordo com os desafios do Ministério Público do Tocantins e brasileiro. O desenvolvimento dos eixos ficará a cargo das pesquisas desenvolvidas no âmbito dos programas de pós-graduação e de grupos de pesquisa coordenados por líderes com grau de reconhecimento científico e acadêmico a partir da comprovação de suas produções descritas no Currículo Lattes.

Os grupos de pesquisa terão como objetivo:

- a consolidação do desenvolvimento das Pesquisas Científicas Aplicadas (PCAs);
- o incremento da produção intelectual e científica aplicada ao Ministério Público do Tocantins;
- o desenvolvimento de pesquisas interinstitucionais, multidisciplinares ou transdisciplinares;
- a articulação entre pesquisadores/as cujos projetos de pesquisa se direcionem para o bem público e o interesse institucional;
- o estímulo a integração entre ensino, pesquisa e extensão no CESA-ESMP; e
- o fortalecimento dos eixos da pesquisa do CESA-ESMP e suas transversalidades.

No âmbito da extensão, os programas e projetos de capacitação, eventos próprios e associados são oferecidos também na modalidade a distância, em tempo

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

real/*online* ou disponibilizados *off line* pelo EadCesaf (Plataforma Moodle) ou canal do Youtube (para macroeventos abertos aos múltiplos segmentos sociais e instituições parceiras).

O CESAF-ESMP considera o campo da extensão como uma oportunidade de dialogar com a sociedade civil e renovar o pensamento do MPTO. Dessa forma, são consideradas como prioritárias para o quinquênio 2020-2025 na perspectiva de extensão, as ações que:

- estimulem a reflexão crítica e dialógica do MPTO, internamente e com a sociedade;
- considerem e atentem para as particularidades regionais e locais por meio do incremento de atividades de extensão realizadas com participação da comunidade local, inclusive nas promotorias de Justiça do interior; e,
- fomentem o envolvimento social por meio do desenvolvimento de projetos e políticas sociais.

Desta forma, a fim de sistematizar o conhecimento produzido e as experiências adquiridas, as ações e programas de extensão resultarão em publicações de artigos, anais, edições especiais, sessões temáticas e dossiês, através do alinhamento do Conselho Editorial das dimensões indissociáveis do ensino, pesquisa e extensão, assegurando o registro histórico e a produção de material de disseminação das ações e/ou programas extensionistas.

4.1. Do ensino e das atividades educativas formativas

Ação Estratégica	Estudo Diagnóstico do Público Interno do MP						
	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Indicador
Metas							
Identificar os atores	X	X					Estabelecimento de grupo de

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

participantes das rotinas e atividades-meio e fim do MP							trabalho com representantes do CESAFA-ESMP, Deplan, Recursos Humanos e Setor de Saúde para elaboração de cronograma de atividades.
Realizar reuniões para elaboração de 2 (dois) instrumentos de coleta de dados para membros e servidores, respectivamente.	X	X					Elaboração de 2 instrumentos eletrônicos para coleta de dados de membros e servidores.

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Validar os instrumentos com grupo controle		X					Aplicação e análise dos instrumento com 1 grupo de membros e 1 grupo de servidores, contando respectivamente com 8 (oito) participantes, que por sua vez representarão integrantes da capital e do interior. A escolha dos participantes será por sorteio ou por n. de matrícula.
Aplicar, analisar e divulgar os resultados dos instrumentos junto ao público-alvo		X					Apresentação dos resultados para o Conselho Administrativo Consultivo do CESA-ESMP, Deplan, Diretoria-Geral do MPTO e CPJ.
Elaborar roteiros para trilhas de aprendizagem		X	X	X	X	X	Publicação de material de orientação para sensibilização, motivação e

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

							organização do conhecimento produzidos pelos integrantes do MP para serem utilizados nos repositórios de conteúdo do CESAF-ESMP.
--	--	--	--	--	--	--	--

Ação Estratégica	Eventos propostos pelo CESAF-ESMP						
Metas	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Indicador
Elaborar diagnóstico dos cargos, com atribuições, competências e habilidades exigidas para estabelecimento de diretrizes curriculares que estejam presentes nos projetos pedagógicos do CESAF-ESMP		X	X				Estabelecimento de grupo de trabalho intersetorial com representantes do CESAF-ESMP, Deplan, Recursos Humanos e Setor de Saúde para elaboração, validação e aplicação dos instrumentos junto à comunidade atores institucionais.
Produzir um guia de diretrizes curriculares do CESAF-ESMP/MP		X	X				Publicação do Programa de cursos de formação e de

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

TO em consonância com o Planejamento Estratégico 2020-2029							aperfeiçoamento com base no diagnóstico realizado e documentos norteadores do MPTO.
Melhorar continuamente a qualidade dos eventos ofertados e apoiados pelo CESAF-ESMP	X	X	X	X	X	X	Avaliação de reação e feedbacks após ação educativa.
Reunir com CAOP's e Núcleos do MPTO para elaboração conjunta de cursos	X	X	X	X	X	X	Reuniões para alinhamento de demandas e trilhas de aprendizagem.
Reunir com Departamentos e setores das atividades meio para elaboração conjunta de cursos e eventos	X	X	X	X	X	X	Reuniões para alinhamento de demandas e trilhas de aprendizagem.
Implementar Programa Permanente de Formação e Capacitação Docente		X	X	X	X	X	Reuniões de trabalho da Diretoria do CESAF-ESMP para criação de

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

							cursos online com oferta semestral para aprimoramento das atividades educativas: Curso de Formação Inicial para membros e servidores para aquisição de conhecimentos teóricos, metodológicos e didáticos na docência; Curso de Formação Continuada para membros e servidores para atualização de metodologias de ensino e do processo de aprendizagem andragógico; Inclusão da disciplina “Metodologias do Ensino/Docência do Ensino
--	--	--	--	--	--	--	---

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

							Superior” nos projetos pedagógicos dos cursos de pós-graduação <i>lato sensu</i> .
--	--	--	--	--	--	--	--

Ação Estratégica	Revisão e atualização do projeto político pedagógico do CESAF-ESMP à luz do novo planejamento estratégico						Indicador
	2020	2021	2022	2023	2024	2025	
Metas							
Constituir um grupo de trabalho intersetorial com representantes do CESAF-ESMP, Deplan, Recursos Humanos e Setor de Saúde	X						Elaboração de cronograma de atividades.
Rever e atualizar o projeto político pedagógico à luz do novo planejamento estratégico.	X						Atas e relatórios das reuniões com propostas de melhorias no PPP.
Qualificar e ressignificar a atuação educativa do Cesaf-ESMP no âmbito profissional institucional.	X						Texto do Projeto Político Pedagógico com revisão e atualização a ser encaminhado ao Conselho Administrativo Consultivo, CPJ e

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

							CSMP.
--	--	--	--	--	--	--	-------

Ação Estratégica	Implementação do acolhimento, acesso e mobilidade das pessoas com deficiência (PCD) pertencentes ao público-alvo prioritário e público externo						
Metas	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Indicador
Realizar estudo, junto ao Setor e Engenharia, sobre as vias de acesso e mobilidade dos espaços físicos da Sede e Promotorias de Justiça do interior do MPTO com vistas ao atendimento do público-alvo nas ações educativas.	X	X					Elaboração de Relatório Técnico para utilização dos espaços presenciais e subsidiar os projetos pedagógicos no tocante às exigências de mobilidade diferenciada dos participantes.
Realizar estudo, junto ao Departamento de Tecnologias da Informação e Inovação, sobre o quantitativo, distribuição e usabilidade do aparelhamento tecnológico da Sede e Promotorias de	X	X					Elaboração de Relatório Técnico para subsidiar os projetos pedagógicos no tocante às exigências de acesso inclusivo e usabilidade tecnológica do público-alvo.

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

<p>Justiça do interior do MPTO com vistas ao atendimento do público-alvo nas ações educativas e Programa de Estágio.</p>							
<p>Realizar junto aos setores pedagógicos das autarquias estaduais e municipais de educação, IES e escolas de governo sobre as linguagens e códigos em utilização para atendimento do público-alvo prioritário nas ações educativas internas e do público-alvo externo nos eventos de acesso aberto presenciais ou remotos.</p>		<p>X</p>	<p>X</p>				<p>Elaboração de um Repositório de Conteúdos com a localização dos profissionais e instituições que oferecem atendimento inclusivo às pessoas com deficiência (PCD): intérpretes da Língua Brasileira de Sinais, produtores de conteúdos em braille e em audiodescrição. O repositório auxiliará na busca de parceria-suporte para os eventos do CESAF-ESMP.</p>

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Ação Estratégica	Programa de Estágio						Indicador
	2020	2021	2022	2023	2024	2025	
Desenvolver as diretrizes educacionais do Programa de Estágio.	X	X	X				Reuniões de trabalho do CESAFA-ESMP (Coordenação Administrativa), Diretoria-Geral e DGPFP.
Contribuir com subsídios para maior acompanhamento dos estagiários.			X	X	X	X	Planejamento anual do CESAFA-ESMP.
Realinhar as atribuições administrativas dos estágios.		X	X	X	X	X	Reuniões de trabalho do CESAFA-ESMP (Coordenação Administrativa), Diretoria-Geral e DGPFP.

4.1.1. Cursos de Formação Específica

Ação Estratégica	Curso de Iniciação à Carreira do Ministério Público					Indicador
	2021	2022	2023	2024	2025	
Instituir Grupo de Trabalho formado por membros e técnicos especializados do MPTO		X	X			Relatório Analítico dos Cursos de Preparação à Carreira do Ministério Público realizados no período 2014-2019. Construção de quadro

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

						com os aspectos legais do MPTO, da ENAMP e CNMP para o projeto curricular do curso. Elaboração de modelagem pedagógica e curricular do curso.
Elaborar estratégias didáticas e metodológicas a partir dos indicadores curriculares		X	X			Planos de disciplinas elaborados.
Produzir 30% do conteúdo do curso em EaD			X	X	X	Modelagem da página do curso no ambiente virtual EadCesaf com estrutura curricular, planos de disciplinas, conteúdos, vídeos, podcasts e demais suportes pedagógicos.
Elaborar instrumentos online para avaliação do curso e da aprendizagem dos participantes			X	X	X	Quantidade e qualidade das respostas.
Melhorar as ferramentas de avaliação da aprendizagem			X	X	X	Quantidade e qualidade das respostas.
Ampliar o quadro de instrutores do curso com egressos dos cursos de Pós-Graduação do CESA-ESMP, como valorização dos recursos humanos da instituição				X	X	Produção de duas oficinas pedagógicas para os egressos que participarão como instrutores.

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Ação Estratégica	Curso de Preparação e Aperfeiçoamento dos Servidores Iniciais no MPTO					
	2021	2022	2023	2024	2025	Indicador
Instituir Grupo de Trabalho formado por membros e técnicos especializados do MPTO		X	X			Modelagem da página do curso no ambiente virtual EadCesaf com estrutura curricular, planos de disciplinas, conteúdos, vídeos, podcasts e demais suportes pedagógicos.
Elaborar estratégias didáticas e metodológicas a partir dos indicadores curriculares			X	X		Modelagem da página do curso no ambiente virtual EadCesaf com estrutura curricular, planos de disciplinas, conteúdos, vídeos, podcasts e demais suportes pedagógicos.
Melhorar as ferramentas de avaliação da aprendizagem			X	X	X	Quantidade e qualidade das respostas.
Ampliar o quadro de instrutores do curso com egressos dos cursos de Pós-Graduação do CESA-ESMP, como valorização dos recursos humanos da instituição			X	X	X	Produção de duas oficinas pedagógicas para os egressos que participarão como instrutores.

4.2. Pós-Graduação

Ação Estratégica	Criação de Programa Permanente de Pós-Graduação
------------------	---

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Metas	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Indicador
Criar Programa Permanente de Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> , sistematizando a oferta permanente de turmas	X						Ata da reunião de criação do Programa e elaboração de plano de ação.
Credenciar o CESAF-ESMP junto ao Conselho Estadual de Educação do Estado do Tocantins (CEE-TO)	X						Publicação do ato de credenciamento do CESAF-ESMP no Diário Oficial do Estado do Tocantins.
Estabelecer diretrizes gerais para realização e avaliação dos processos acadêmicos que garantam a qualidade pedagógica dos cursos de pós-graduação neste plano quinquenal.	X	X					Publicação de guia de orientações pela Comissão Própria de Avaliação (CPA).
Elaborar critérios que garantam que os TCCs tenham qualidade científica, impacto institucional e social e estejam alinhados à linha de pesquisa e aos seus eixos.	X	X					Projetos Pedagógicos dos Cursos de Pós-Graduação a serem ofertados.
Capacitar docentes sobre os critérios adotados para garantir o alinhamento do TCC com as linhas de pesquisa do CESAF-ESMP.		X	X	X	X	X	Oferta anual de oficinas de capacitação docente para atuação nos

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

							cursos de pós-graduação.
Ampliar participação dos membros e servidores em programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i> com instituições parceiras.		X	X	X	X	X	Termos aditivos aos Convênios com as IES e Escolas de Governo, estabelecimento de mais convênios específicos com IES externas.

4.2.1. Cursos Pós-Graduação Lato Sensu

Ação Estratégica	Curso de Pós-Graduação Lato Sensu Gestão e Governança em Ministério Público				
Metas	2021 2º sem	2022 1º sem	2022 2º sem	2023 1º sem	Indicador
Ofertar curso regular com 50 vagas para membros e servidores do MPTO	X	X	X	X	Número de ingressos e taxa de conclusão.
Metas	2022 2º sem	2023 1º sem	2023 2º sem	2024 1º sem	Indicador
Ofertar curso regular com 60 vagas para membros e servidores do MPTO	X	X	X	X	Número de ingressos e taxa de conclusão.

4.3. Da Pesquisa

Ação Estratégica	Fomento a Grupos de Pesquisa						
Metas	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Indicador

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Instituir Grupo de Trabalho para criação de Plano de Desenvolvimento de Pesquisa no CESAF-ESMP.		X	X				Portaria/Ato da Diretoria-Geral do CESAF-ESMP e/ou PGJ.
Fomentar a participação de membros e servidores pós-graduados em mestrado e doutorado no Grupo de Trabalho.		X	X				Portaria/Ato da Diretoria-Geral do CESAF-ESMP e/ou PGJ.
Realizar consulta junto à comunidade do MPTO para levantamento e definição de linha de pesquisa e eixos temáticos para constarem no plano de desenvolvimento de pesquisa do CESAF-ESMP.		X	X	X	X	X	Atas de reuniões do Grupo de Trabalho; Plano de trabalho elaborado; Instrumentos de coleta de dados elaborados e validados; Norteammento das atividades do PPP do CESAF-ESMP.
Realizar sistematização dos resultados da linha de pesquisa e dos eixos temáticos e transversais mais destacados.		X	X				Relatório técnico a ser socializado com a Direção do CESAF-ESMP e DEPLAN.
Criação de Núcleo de Pesquisa.			X	X	X	X	Ato/Portaria do Diretor-Geral do CESAF, Incorporação no PPP;

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

							Plano de ação do Núcleo.
Criar instrumentos para socialização das produções acadêmicas e institucionais desenvolvidas nos grupos					X	X	Criação de 2 séries de publicações pelo Conselho Editorial: uma série que disponibilize os conhecimentos por meio de artigos produzidos nos cursos de pós-graduação (TCCs) e uma série com as produções dos trabalhos publicados pelo Núcleo de Pesquisa.
Fomentar a participação de servidores no núcleo de pesquisa.				X	X	X	Plano de ação com cursos e oficinas tendo servidores pós-graduados como participantes nos quadros de instrutores.
Elaborar manual de métodos e técnicas de trabalho científico do MPTO.					X	X	Elaboração de 1 manual produzido pelos participantes

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

							do Núcleo de Pesquisa.
Possibilitar o incremento da produção intelectual e científica aplicada ao MPTO.			X	X	X	X	Elaboração de referências bibliográficas dos cursos e oficinas promovidos pelo CESAF-ESMP, com artigos e livros produzidos pelos membros e servidores do MPTO.
Consolidar o desenvolvimento das Pesquisas Científicas aplicadas no MPTO.					X	X	Ampliação de mecanismos de divulgação institucional, produção de vídeos, entrevistas, <i>podcast</i> e outros formatos e linguagens; promoção de 2 seminários temáticos específicos para a divulgação dos trabalhos em realização.
Contribuir para o desenvolvimento de			X	X	X	X	Ampliação dos convênios e

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

pesquisas interinstitucionais, multidisciplinares ou transdisciplinares.							termos de cooperação do IES, Institutos de Pesquisa, Escolas de Governo e demais unidades de capacitação dos MPs.
Estimular a integração entre ensino, pesquisa e extensão no MPTO.	X	X	X	X	X	X	Plano de ação do Núcleo de Pesquisa; Plano de Desenvolvimento da Biblioteca, Conselho Editorial e Cursos de Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> .

4.4. Da Extensão

Ação Estratégica	Fomentar o diálogo interinstitucional e social sobre temas relevantes						
	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Indicador
Realizar consulta junto a comunidade interna e externa para levantamento e definição das atividades de extensão		X	X				Atas de reunião de grupo de trabalho Consulta externa com uso de grupo de focal com especialistas de

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

							diferentes áreas de conhecimento Validação e socialização dos resultados.
Estabelecer ações de extensão articuladas com as áreas de promoção de direitos humanos e igualdade étnico-racial, valorizando as especificidades culturais no âmbito local e regional.			X	X	X	X	Elaboração do cronograma de atividades de extensão; Quantidade de atividades de extensão voltadas para os temas de interesse social e ramos de promoção dos direitos humanos e fundamentais; Quantidade de atividades de extensão articuladas com os projetos de pesquisa; Número total de atividades desenvolvidas com participação das comunidades locais e regionais.
Estabelecer ações de		X	X	X	X	X	Quantidade de

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

extensão articuladas às áreas da diversidade, meio ambiente, memória cultural, produção artística e patrimônio cultural.							atividades de extensão voltadas para diversidade, meio ambiente, memória cultural, produção artística e patrimônio cultural.
Promover a publicação de atividades de extensão			X	X	X	X	Quantidade de publicações de atividades de extensão realizadas.

4.5. Da Gestão Institucional

Ação Estratégica	Redesenhar o processo de planejamento acadêmico com vistas a elevar a participação social						
	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Indicador
Levantar junto à alta administração as necessidades de aprimoramentos e as diretrizes para elevar a participação social		X	X				Quantidade de ampliação da diversidade de segmentos sociais estratégicos participando do planejamento.
Atualizar os normativos do CESAF-ESMP			X				Taxa de aumento da participação social no planejamento

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

							acadêmico, por segmento.
Instituir um canal de comunicação permanente com a sociedade civil.			X	X	X	X	Taxa de aumento da participação da sociedade civil no planejamento acadêmico.

Ação Estratégica	Garantir a execução do PDI com a distribuição proporcional do orçamento para execução de ensino, pesquisa, extensão						
Metas	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Indicador
Estabelecer diretrizes para elaboração da proposta orçamentária que garanta proporcionalidade entre as ações de pesquisa, ensino e extensão.	X	X	X				Taxa do planejamento orçamentário para ensino, pesquisa e extensão.
Monitorar a execução orçamentária conforme o planejado.	X	X	X	X	X	X	Taxa de eficácia na execução orçamentária para cada área

Ação Estratégica	Viabilizar a evolução das soluções de Tecnologia de Informação e Comunicação						
Metas	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Indicador
Definir as diretrizes e as necessidades de inovação		X	X				Ata da reunião de criação do Programa e elaboração de plano de ação; Ato de

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

							constituição do grupo; Relatório Técnico elaborado.
Criar política de inovação em processos, serviços e produtos			X				Programa de inovação em TIC.
Estruturar e executar um plano de ação para fomento a projetos de inovação.			X	X	X	X	Taxa de execução das soluções da TIC alinhadas ao PDI.
Aperfeiçoar o sistema de registro acadêmico		X	X	X			Programa de registro acadêmico próprio.
Sistematizar um processo de monitoramento e gestão permanente da oferta e procura das ações acadêmicas.		X	X	X	X	X	Relatório de Monitoramento de oferta e procura pelas atividades acadêmicas.

Ação Estratégica	Implementar melhorias nos processos que envolvem os registros acadêmicos e registros de diplomas						
Metas	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Indicador
Implantar Sistema Informatizado de Registro e Controle Acadêmico		X	X				Sistema de Registro implantado.
Instituir chamada eletrônica/ diário eletrônico		X	X				Diário Eletrônico

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

							implementado.
--	--	--	--	--	--	--	---------------

4.6. Do Conselho Editorial

Ação Estratégica	Conselho Editorial e Publicações						
	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Indicador
Alinhar o Conselho Editorial à dimensão indissociável do ensino, pesquisa e extensão do CESAF-ESMP	X	X	X	X	X	X	Reunião a cada semestre com o Conselho Editorial.
Criação e continuidade da Série Pós-Graduação (trabalhos de conclusão de curso) e com as produções dos trabalhos publicados pelo Núcleo de Pesquisa.				X	X	X	2 (duas) Revistas online produzidas e disponibilizadas anualmente.
Alinhar a Revista Jurídica do MPTO ao Núcleo de Pesquisa e Cursos de Pós-Graduação				X	X	X	Ato da Diretoria-Geral do CESAF-ESMP.
Emitir Identificador de Objeto Digital (DOI) para os artigos científicos elaborados no âmbito do CESAF-ESMP.	X	X	X	X	X	X	Protocolos sob responsabilidade da Secretaria-Geral do Cesaf.
Incentivar a participação docente e discente nas publicações do CESAF-ESMP		X	X	X	X	X	Pelo menos um artigo, uma revisão de literatura ou um texto de caráter opinativo por

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

							ano.
Publicar os trabalhos finais dos(as) alunos(as) dos cursos pós-graduação <i>stricto sensu</i> associados ao CESAFA-ESMP ou mediante parcerias, quando o trabalho tiver recebido avaliações com indicação de publicação.			X	X	X	X	Publicação/ disponibilização <i>online</i> de 7 dissertações dos atuais alunos de Pós-Graduação <i>stricto sensu</i> em convênio com UFT/ESMAT.
Ampliar os acordos de cooperação com as escolas de governo, universidades nacionais e estrangeiras para publicação de artigos nas séries e revista do CESAFA-ESMP	X	X	X	X	X	X	Visita técnica da direção-geral do CESAFA-ESMP às IES regionais, contato via correspondência e conferências remotas com os representantes das instituições.
Ampliar o espectro da Revista Jurídica do MPTO para reconhecimento acadêmico.	X	X	X	X	X	X	Indexação da revista em repositórios <i>on-line</i> .
Ter estrato igual ou superior a B1 da Revista Jurídica junto ao Sistema de Avaliação Qualis/CAPES no quinquênio.				X	X	X	Fixação das linhas de pesquisa e eixos temáticos; Fixação de quantitativo a serem publicados pelo corpo

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

							docente e discente do CESA-ESMP.
--	--	--	--	--	--	--	----------------------------------

4.7. Da Autoavaliação e Avaliação externa

Ação Estratégica	Fomento a Grupos de Pesquisa						Indicador
	2020	2021	2022	2023	2024	2025	
Metas							
Instituir cultura de avaliação das necessidades de atividades acadêmicas	X	X	X	X	X	X	Publicação de guia de orientações pela Comissão Própria de Avaliação (CPA)
Introduzir as perspectivas de avaliação de reação (satisfação dos participantes, avaliação de aprendizagem (desempenho acadêmico) e avaliação de impacto (influência no desempenho individual, institucional e social) para as atividades de ensino, pesquisa e extensão.		X	X	X	X	X	Publicação de guia de orientações pela Comissão Própria de Avaliação (CPA)
Elaborar instrumentos online para avaliação do curso e da aprendizagem dos participantes			X	X	X	X	Quantidade e qualidade das respostas.
Melhorar as ferramentas de avaliação da aprendizagem			X	X	X	X	Quantidade e qualidade das respostas.
Promover a publicação e		X	X	X	X	X	Relatórios

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

divulgação dos relatórios de autoavaliação e avaliação externa realizados pela CPA							elaborados e publicizados
--	--	--	--	--	--	--	---------------------------

4.8. Do espaço e infraestrutura

Ação Estratégica	Ampliação de espaços físicos do CESAFA-ESMP						
Metas	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Indicador
Ampliar a disponibilidade de espaços de estação de trabalho para as equipes de apoio técnico e suporte administrativo das Coordenações do CesaF-ESMP.	X						Projeto arquitetônico para reconfiguração dos espaços de atendimento, suporte administrativo e coordenadorias.
Utilizar espaços adaptados para o CESAFA-ESMP	X	X					1 sala para atendimento da Secretaria-Geral e da Secretaria Acadêmica; 1 sala para as Coordenações e apoio técnico.
Ampliar a disponibilidade de espaços de salas de aula e auditório para eventos presenciais		X					Projeto arquitetônico para reconfiguração de sala multifuncional para aulas, minicursos e reuniões de trabalho.

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Utilizar espaços adaptados para o CESAF-ESMP	X	X					1 sala multifuncional.
Adequar Biblioteca para o CESAF-ESMP		X	X				Projeto arquitetônico para adaptação da biblioteca em atendimento às demandas do CESAF-ESMP enquanto escola de governo.
Utilizar espaços adaptados da Biblioteca o CESAF-ESMP		X					1 sala para atendimento ao público; 1 sala para tratamento documentos e materiais impressos; 1 sala para acervo básico de livros jurídicos e áreas afins, para atendimento aos cursos de pós-graduação, com área para consulta e estudo, com bancadas e 10 notebooks.
Construção do espaço definitivo do CESAF-ESMP			X	x			Projeto arquitetônico

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

							contendo: Recepção, salas para as secretarias, diretoria-geral e coordenadorias; sala para secretaria acadêmica da pós- graduação, sala para coordenadores de cursos, sala para professores, 05 salas de aula multifuncionais, biblioteca com espaço para recepção e atendimento, sala para biblioteconomista, sala para tombamento e tratamento de materiais, espaço para acervo impresso e estações de estudo e consulta online; 01 miniauditório para
--	--	--	--	--	--	--	---

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

							100 pessoas, dependências sanitárias, também destinadas para PCD, e área de convivência.
Utilizar instalações definitivas do CESAF-ESMP			X	X			Início das atividades em prédio próprio.

4.9. Da Biblioteca

Ação Estratégica	Plano de Desenvolvimento da Biblioteca						Indicador
	2020	2021	2022	2023	2024	2025	
Metas							
Instituir Grupo de Trabalho para estabelecimento de Plano de Desenvolvimento da Biblioteca do MPTO	X						Ata da reunião de criação do Programa e elaboração de plano de ação; Ato de constituição do grupo.
Realizar levantamento das bibliotecas dos centros e escola superiores dos Ministérios Públicos	X						Relatório Técnico elaborado.
Utilizar a produção Científica do MPTO como referencial para cursos e eventos de ensino		X	X	X	X	X	Registro em diretórios com arquivos específicos da produção interna do MPTO.

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Adequar as bases de registros da Revista do CESAFA-ESMP		X	X	X			Número de inscrição e códigos disponibilizados.
Instituir nas publicações do CESAFA-ESMP as exigências legais editoriais e acadêmicas brasileiras.		X	X	X			Disponibilização de manual de normatização online para membros e servidores.
Incluir a Biblioteca junto à Rede de Bibliotecas do Ministério Público Federal (RBMPF)		X					Termo de adesão firmado.
Ampliar acervo digital via repositório de dados de bibliotecas virtuais.		X					Termo de licitação.
Ampliar o acervo digital com bibliotecas virtuais abertas das IES nacionais e internacionais		X	X				Disponibilização dos <i>links</i> na página do CESAFA-ESMP.
Ampliar o acervo das áreas das Ciências Sociais, Educação, Administração, Economia, Filosofia, Psicologia e Ciências da informação e tecnologia.		X	X	X	X	X	Relação das obras e solicitação para aquisição.

4.10. Da Gestão do Conhecimento

Ação Estratégica	Formação de comunidades e redes de informação, aprendizagem e conhecimento
-------------------------	---

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Metas	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Indicador
Buscar parcerias para desenvolver, concomitante com Fóruns e Congressos estaduais, eventos culturais com foco na integração de membros e servidores do interior e capital.	X	X	X	X	X	X	Atuação do grupo de trabalho intersetorial constituído por Diretor-Geral do CESA-ESMP, Coordenações de CAOPS e Coordenações de Promotorias do interior.
Fortalecer o sentido de servir ao público e a necessidade de aproximação.	X	X	X	X	X	X	Participação em campanhas produzidas pelo DEPLAN e demais setores da instituição.
Fornecer suporte à criação de eventos e instâncias nas diversas modalidades e formatos com foco na melhoria da qualidade da atuação profissional.	X	X	X	X	X	X	Produtos produzidos pelo Laboratório de Multimeios.
Apoiar iniciativas de promoção à saúde mental dos integrantes e socializar as ações de saúde, inclusive com utilização de tecnologias.	X	X	X	X	X	X	Reunião semestral com setor de saúde para plano de atividades na área específica.
Promover eventos em parcerias com IES.		X	X	X	X	X	Atuação do grupo de trabalho

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

							intersetorial constituído por Diretor-Geral do Cesaf-ESMP, Coordenações de Caops e Coordenações de Promotorias do interior.
Participar de grupos de discussão das escolas do MP e IES, fortalecendo o CESAF-ESMP como escola de governo no panorama acadêmico local, regional e nacional, com a participação em eventos presenciais ou remotos pelo Diretor-Geral e coordenadorias.	X	X	X	X	X	X	Reuniões bimestrais, semestrais e anuais.

5. Referências bibliográficas

BRANDÃO, Hugo; FREITAS, Isa. Trilhas de aprendizagem como estratégia de TD&E. In: ABBAB, G.; BORGES-ANDRADE, J.; MOURÃO, L. **Treinamento, desenvolvimento e educação em organizações e trabalho – fundamentos para a gestão de pessoas**. Porto Alegre, RS: Artmed, 2006. p.97-113.

BRASIL.(Constituição1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília,DF: Senado Federal (1988). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm: Acesso em10.Jun.2020.

BRASIL. **Lei nº 8.625**, de 12 de fevereiro de 1993. Institui a Lei Orgânica Nacional do Ministério Público, dispõe sobre normas gerais para a organização do Ministério Público dos Estados e dá outras providências. Brasília, DF: Senado Federal,1993. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8625.htm: Acesso em10.Jun.2020.

BRASIL. **Lei nº9394**, 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm: Acesso em10.Jun.2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. **Parecer CNE/CES nº 295/2013, de 04 de dezembro de 2013.** Apreciação do Instrumento de Avaliação Institucional Externa, que subsidia o ato de credenciamento e credenciamento de Escolas de Governo para oferta de pós-graduação lato sensu. Diário Oficial, Brasília, 07 maio 2015, seção 1, p. 28. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=14994&Itemid Acesso em: 01/09/2015. Acesso em 10.Jun.2020.

CASSIMIRO, Wagner. **Trilhas de aprendizagem. Parte I: definição.** Revista T&D Inteligência Corporativa (online). 2015. Disponível em: <http://rtd.com.br/2015/08/19/trilhas-de-aprendizagem-parte-i-definicao/>. Acesso em: 12.jun 2020.

COX, Kenia Kodel. **Informática na educação escolar.** Campinas: São Paulo, 2008.

DURAND, Thomas. *L'alchimie de la compétence. Revue Française de Gestion*, Paris, 127, p.84-102, Janvier-Février, 2000.

FLEURY, A.; FLEURY, M. T. **Estratégias empresariais e formação de competências: um quebra-cabeça caleidoscópico da indústria brasileira.** São Paulo: Atlas, 2001.

GADOTTI, Moacir. **Concepção Dialética da Educação:** um estudo introdutório. São Paulo: Cortez, 2001.

GUNS, Bob. **A organização que aprende rápido: seja competitivo utilizando o aprendizado organizacional.** São Paulo: Futura, 1998.

KUENZER, Acácia. **A Pedagogia da Fábrica:** as relações de produção e a educação do trabalhador. São Paulo. Cortez, 1985.

KUENZER, Acácia Zeneida et all. **Planejamento e Educação no Brasil.** 5. ed. São Paulo, Cortez, 2001.

MORIN, Edgar. **Introdução ao Pensamento Complexo.** Porto Alegre: Sulina, 2011.

MORIN, Edgar. **Introdução ao Pensamento Complexo.** Porto Alegre: Sulina, 2011.
SARMENTO, Dirléia Fanfa;

NISEMBAUM, Hugo. **A competência essencial.** São Paulo: Ed. Infinito, 2000.

SCHMIED-KOWARZIK, Wolfdietrich. **Pedagogia Dialética:** De Aristóteles a Paulo Freire. São Paulo: Brasiliense, 1983.